

Análise do Instituto da Fidelidade Partidária Ante as Exceções Estabelecidas pelo TSE

Leonardo Tricot Saldanha¹

Resumo. O presente artigo argumenta que, existente o instituto da perda de mandato por infidelidade partidária em nosso sistema político, não é sistematicamente sustentável a exceção à perda de mandato em virtude de filiação em novo partido político. O Instituto da perda do mandato por infidelidade partidária pode ser considerado avanço nas relações entre partidos, poder e população, indicando um caminho de maior responsabilidade e reconhecimento entre os atores políticos. A exceção indicada vai na exata contramão de tais objetivos. Afinal, se um representante popular pode mudar de partido para um partido novo, sem a perda do mandato, a tendência é a de que se criem partidos políticos novos sem programa ou objetivo, apenas para abrigar mandatários descontentes. Com isso, não se está a propor a proibição de criação de novos partidos, o que seria absolutamente inconstitucional. Apenas que os novos partidos devem obter a representação a partir de cada eleição, sem “herdar” representantes descontentes de outras agremiações preexistentes.

Palavras-chave. Democracia. Representação. Fidelidade partidária. Perda de mandato. Novo partido político.

Abstract. This article presents the institute of loss of mandate in Brazilian Law. It can happen when a representative changes of political party during mandate. The representative, however, will be maintained on the function if he migrates for a totally new party. The text argues that this is not a good exception – lots of new political parties have been created just to house discontent representatives.

Key Words. Democracy. Representation. Partisan loyalty. Loss of mandate. New political party.

1. Introdução

O processo de institucionalização da democracia em nosso país atribuiu relevante papel aos partidos políticos. Em país de pouca história de auto-organização popular, o papel atribuído mostra-se, sempre, um projeto – ou seja, escrevemos nos livros, nas leis e nas decisões judiciais o que gostaríamos que os partidos fossem, não o que eles, empiricamente, são. O modelo criado conforma as novas relações partidárias, e é por isso que é importante refletir, continuamente, sobre o modelo.

¹ Mestre em Direito Público pela UFRGS. Doutorando em Direito na PUC/RS. Professor do UniRitter (Porto Alegre e Canoas), da ESMAFE/RS e da AJURIS/RS. Juiz Titular do TRE/RS na classe dos juristas. ltricot@via-rs.net

O presente artigo discute o instituto da perda de mandato por infidelidade partidária, argumentando a inconstitucionalidade sistêmica da exceção estabelecida no art. 1º, §1º, II da resolução 22.610/07 do TSE, segundo a qual não há perda de mandato caso o mandatário eleito por um partido filie-se a outro partido, desde que esse seja um novo partido. Para isso apresentaremos, na primeira parte, os argumentos favoráveis ao instituto da fidelidade, utilizando como guias a Consulta ao TSE 1.398/07, que resultou na res. 22.526/07 (Relator Ministro César Asfor Rocha), os MS 26.602 (Relator Ministro Eros Grau), MS 26.603 (Relatora Ministra Cármen Lúcia) e MS 26.604 (Relator Ministro Celso de Mello), Mandados de Segurança julgados pelo STF em 2007. Em uma segunda parte, tentaremos demonstrar, analisando argumentos contrários, que a exceção citada atinge os motivos práticos e teóricos do instituto da fidelidade, gerando efeitos amplamente deletérios ao sistema político e ao desenvolvimento da democracia.

2. A perda do mandato por infidelidade partidária no direito brasileiro contemporâneo

A primeira afirmação a ser feita é que o instituto da perda do mandato por infidelidade partidária não está previsto expressamente na Constituição da República de 1988. O art. 55 prevê a perda de mandato de parlamentar por motivos vários, que vão desde o descumprimento de proibições (como a de firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público), passando pela falta de decoro e atingindo, até, situações administrativas, como deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que o parlamentar pertencer. No que diz respeito ao executivo, menos ainda – o Presidente da República perde o mandato como efeito reflexo de uma condenação criminal, bem como pode perdê-lo por crime de responsabilidade. O art. 85 da CRFB, que trata de tais comportamentos inadequados do Chefe do Executivo, não estabelece a infidelidade partidária entre eles.

Parece-nos forçoso admitir que o silêncio constitucional sobre o assunto não é ocasional. Motivos bem menos nobres foram elencados constitucionalmente como geradores da perda do mandato. A previsão de perda de mandato por infidelidade partidária existia, ao mais, no sistema constitucional revogado², o que, talvez, possa indicar o motivo pelo qual nosso

² Carlos Velloso lembra que “Ao contrário da Constituição Cidadã de 1988, a Constituição anterior, de 1967/1969, com a Emenda n. 1/69, em seu art. 152, parágrafo único (que, com alteração de redação, passou a § 5 desse mesmo dispositivo por força da EC n. 11/78), exigia que os partidos reclamassem disciplina de seus membros e estipulava a perda do mandato do parlamentar que deixasse o partido pelo qual fora eleito ou descumprisse as diretrizes legitimamente estabelecidas pela direção partidária (a

constituinte silenciou sobre o tema. O certo é que silenciou. Ele e o legislador ordinário, a propósito.

Assim, a atual conformação normativa do instituto é fruto de esforço interpretativo e criativo do Poder Judiciário, instado pela comunidade jurídica e, de certa forma, pela sociedade, amplamente considerada. Em outro momento, interessa discutir a legitimidade de um poder não eleito para criar normas tão graves. Há muitos que criticam o excessivo poder interpretativo conquistado pelos juízes em uma realidade pós-positivista, sobretudo pela falta de legitimidade e de prática legislativa³. Na discussão em tela, porém, parece-nos que anda bem o judiciário ao explicitar normas que são acordantes com o espírito do sistema político representativo que adotamos. Em uma democracia que se institui, é comum que os temas mais difíceis não sejam tratados pelo legislativo, exatamente pela falta de consenso. O que não diminui a importância, muitas vezes vital, de os tratar. E o judiciário também pode ser espaço de construção de uma racionalidade pública legítima, desde que procedimentos discursivos amplos e inclusivos sejam respeitados, material e formalmente. Parece-nos ser o caso. É certo que a questão merece maior aprofundamento mas, para a função instrumental que aqui se busca, pode-se afirmar que nada há de antidemocrático que o Judiciário tenha construído as balizas normativas sobre as quais assenta-se o instituto da perda de mandato por infidelidade partidária.

E assim foi. A configuração atual da questão deu-se a partir de consulta que o Partido da Frente Liberal (PFL), hoje Democratas (DEM), formulou ao Tribunal Superior Eleitoral, perguntando:

“Os partidos e coligações têm o direito de preservar a vaga obtida pelo sistema eleitoral proporcional, quando houver pedido de cancelamento de filiação ou de transferência do candidato eleito por um partido para outra legenda?”.

O TSE, em 27/3/2007, respondeu afirmativamente à questão, resultando na Resolução 22.526/07. Com base em tal resolução, os Partidos Popular Socialista (PPS), da Social

matéria encontrou regulamentação com a Lei n. 5.682/71). Para se decretar a perda do mandato, era necessário posicionamento da Justiça Eleitoral, cujo procedimento deveria obedecer ao devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. Em seguida, deveria ser declarada a perda do mandato pela respectiva Mesa do Congresso Nacional.

Essa fidelidade partidária apenas foi suprimida pela Emenda Constitucional n. 25, de 15 de maio de 1985. VELLOSO, Carlos Mário da Silva. *Elementos de Direito Eleitoral*. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010. p 116.

³ ver, exemplificativamente, a obra de Jeremy Waldron, *A Dignidade da Legislação*. Ainda, o verbete *Pós-Positivismo*, de Antônio Carlos Diniz e Antônio Cavalcanti Maia, no *Dicionário de Filosofia do Direito*, organizado por Vicente de Paulo Barretto, p. 650-654.

Democracia Brasileira (PSDB) e Democratas (DEM) impetraram, no STF, mandados de segurança contra decisão do Presidente da Câmara dos Deputados que indeferiu pedido de perda de mandato de deputados que saíram dos referidos partidos. O STF entendeu não ser possível a perda de mandatos senão após processo devido, em que se garantisse a ampla defesa e o contraditório. O Tribunal reafirmou a decisão do TSE, mas entendeu que há motivos e motivos para deixar-se um partido, sendo alguns lícitos. Assim, faltaria regulamentação do procedimento da perda. Essa regulamentação foi publicada em 25 de outubro de 2007, sob o número 22.610, Resolução do TSE de relatoria do Ministro Cezar Peluso.

Nos votos proferidos na Consulta e nos mandados de segurança referidos estão os argumentos justificadores da perda do mandato por infidelidade partidária levados em conta pelo Judiciário no processo criação da norma, portanto. Cabe-nos analisá-los para, após, discutirmos a adequação da norma criada ao seu intento e à sua justificação, em especial no que diz respeito à exceção objeto deste artigo.

Os argumentos desenvolvidos podem ser agrupados em, ao menos, duas espécies: 1) aqueles que dizem respeito às funções de um partido político em uma democracia representativa e 2) aqueles que se fundam em aspectos pragmáticos do ordenamento constitucional-eleitoral que evidenciam o dever de fidelidade, ainda que implícito.

No que diz respeito à **primeira espécie de argumentos**, os ministros centram suas análises na importância dos partidos para a democracia representativa contemporânea. Todo o sistema representativo funda-se em partidos, já que é impossível a participação direta do indivíduo em todos os debates políticos ante o gigantismo dos atuais Estados Nacionais⁴, bem como dos interesses individualistas do homem moderno⁵. Esse homem possui interesses e visões de mundo que não poderiam ser expressados a não ser por meio de partidos políticos que os representassem. Por isso, exatamente, a democracia representativa só poderá funcionar como uma democracia de partidos, partidos que devem, exatamente para manter e justificar seu potencial representativo, possuir linha ideológica clara.

Uma democracia de partidos também é importante para superar um tradicional problema ibérico⁶, qual seja o personalismo político. O partido possui ideologia e quadros. Estes, em vista daquela, elaboram o plano de governo desejado, e o apresentam ao povo, que julga qual o peso que tal plano deve ter no legislativo e se já é chegada a hora de se fazer presente no executivo.

⁴ Como também argumentava Bobbio, em seu *O Futuro da Democracia*, p. 53 e ss.

⁵ O que reedita o argumento de Benjamin Constant na *Liberdade dos antigos comparada à dos modernos*.

⁶ ver, a respeito, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda.

Assim, o governo de uma democracia partidária não é um governo de mulheres e homens, mas de quadros. E, assim, supera-se a visão segundo a qual as virtudes de um governo são as virtudes dos indivíduos que o compõem, mas sim de um projeto coletivo que é, em grande medida, também do indivíduo votante.

Os indivíduos podem conhecer-se pessoalmente em uma sociedade complexa, mantendo uma relação de confiança pessoal, mas isso é a exceção. Na relação representativa de massas, a principal, senão a única, identidade política que o candidato possui é a sua filiação partidária, que deve ser um modo de rapidamente comunicar o conjunto de crenças que o pretense representante possui.

A **segunda espécie de argumentos** utilizada pelos ministros em seus votos tenta construir a perda de mandato por infidelidade partidária de forma indutiva, a partir de uma série de normas jurídicas existentes no sistema. Trata-se de uma espécie pragmática de argumentos, já que não se volta à teoria democrática, mas ao exercício da mesma hoje, em nosso país.

O mais repetido desses argumentos diz respeito à forma pela qual são eleitos os detentores dos cargos legislativos no sistema proporcional, expressado no art.108 do CE, a saber:

Art. 108 - Estarão eleitos tantos candidatos registrados por um Partido ou coligação quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.

Ou seja, o candidato eleito a um cargo por meio do sistema eleitoral proporcional ocupa uma cadeira resultante do atingimento do quociente eleitoral por seu partido político. Para atingir tal quociente, são utilizados os votos de todos os candidatos daquele partido, somados aos votos dos candidatos dos demais partidos da coligação, bem como os votos atribuídos a todos as legendas da coligação⁷. Na grande maioria das vezes, portanto, o parlamentar não o é em virtude de seus votos pessoais – na grande maioria das vezes elege-se com os votos (e, portanto, com os esforços, militância e fundos) de outros candidatos. Mesmo no caso de votações excepcionais de candidatos muito populares que alcancem, sós, o quociente partidário, continua sendo válido afirmar que é o trabalho de todo o partido que o elege.

Na mesma esteira, evidencia o caráter não personalista dos votos dados ao candidato proporcional o destino dos votos dados a um candidato que se descobre, após a eleição,

⁷ GOMES, José Jairo. *Direito Eleitoral*, p. 104-110.

inelegível. Se o registro foi deferido, se o candidato fez campanha, concorreu e ganhou votos, ainda que seja declarado, posteriormente, inelegível, seus votos não são anulados – aproveitam para o partido ou coligação do candidato. A saber, do CE:

art. 175. ...

§ 3º Serão nulos, para todos os efeitos, os votos dados a candidatos inelegíveis ou não registrados.

§ 4º O disposto no parágrafo anterior não se aplica quando a decisão de inelegibilidade ou de cancelamento de registro for proferida após a realização da eleição a que concorreu o candidato alcançado pela sentença, caso em que os votos serão contados para o partido pelo qual tiver sido feito o seu registro.

Os parágrafos citados servem, com certeza, ao objetivo argumentativo pretendido pelos ministros que os citaram. Mostram que os esforços dos candidatos na campanha não são feitos em nome próprio, apenas, mas no nome do partido e dos demais candidatos. Tanto que, na eventualidade de inelegibilidade ou de cancelamento de registro do candidato, seus votos são aproveitados pelo partido e pela coligação.⁸ Ainda assim, permitimo-nos ressaltar o entendimento pela revogação de ditos dispositivos – assim entendeu o TRE/RS e, mesmo, o TSE. Parece-nos, a toda a sorte, que é proveito de ilicitude, que não deveria prevalecer. De qualquer forma, é argumento eficiente para o que aqui se busca provar.

Outro argumento recorrente nos votos é o da filiação partidária como condição de elegibilidade (art. 14, §3º, IV da CRFB). Ora, se não posso candidatar-me de maneira avulsa, mas devo estar filiado a um partido político, é evidenciada a relevância do mesmo no sistema eleitoral. Eleger-se não é um direito do cidadão, mas do cidadão filiado, o que demonstra a complexidade da capacidade eleitoral passiva, sempre vinculada a um partido. Trocar de partido depois de eleito seria desconhecer tal complexidade, tratando o cargo público como se coisa privada fosse.

3. A incompatibilidade finalística entre a exceção e a justificativa da norma da perda de mandato por infidelidade partidária

⁸ A questão é tratada com a profundidade devida por Rodrigo López Zílio em seu *Direito Eleitoral*, 4ª edição. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2014. p 56-58.

Os argumentos apresentados na decisão da consulta 1398/07 representaram mudança jurisprudencial significativa, já que a perda do mandato por infidelidade partidária tinha sido excluída de nosso ordenamento jurídico no processo de redemocratização, em 1985. Ou seja, por vinte e dois anos os parlamentares mudavam de partido sem nenhuma reprimenda jurídica (ainda que, politicamente, a prática não tenha cessado de ser criticada). A mudança insere-se em processo de amadurecimento da democracia e das instituições – certamente melhor se vinda do órgão congressual, mas um avanço, ainda assim.

Por que os Mandados de Segurança impetrados no STF por partidos políticos que buscavam as cadeiras de infieis não foram procedentes, então? Exatamente por que o princípio democrático não é o único constitucionalmente protegido. Ao seu lado e, diga-se, para seu funcionamento, estão um grande número de liberdades públicas e de direitos individuais que, no caso, apontavam a injustiça da perda imediata daqueles mandatos. Aos parlamentares ditos infieis não foram garantidos direitos conglobados da ideia de devido processo, tais como ampla defesa, contraditório e conhecimento prévio das normas processuais. Exatamente por isso o STF indicou ao TSE que exercesse seu poder normativo para estabelecer procedimento e exceções.

A resolução 22.610/07 foi editada para tal finalidade. no primeiro parágrafo do art. 1º criou exceções, situações em que a perda do mandato seria indevida:

Art. 1º - O partido político interessado pode pedir, perante a Justiça Eleitoral, a decretação da perda de cargo eletivo em decorrência de desfiliação partidária sem justa causa.

§ 1º - Considera-se justa causa:

I) incorporação ou fusão do partido;

II) criação de novo partido;

III) mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário;

IV) grave discriminação pessoal.

O presente artigo irressignava-se com a exceção grifada (art. 1º, §1º, II). Entende, e argumentará, que ela é incompatível com os argumentos esposados pelos ministros nas decisões antes comentadas, argumentos de índole constitucional. Se aceitamos que a perda do mandato por infidelidade partidária resulta da Constituição, por esses bons e mesmos argumentos devemos posicionarmo-nos pela inconstitucionalidade da exceção.

A exegese da exceção afirma que o mandatário (seja parlamentar ou executivo, pouco importa) que se filiar a novo partido político em até trinta dias do registro definitivo do mesmo não perde o mandato. A exceção foi motivada pelo fundamento do pluralismo político (art. 1º, V da CRFB) e pelo direito à livre criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos (art. 17, *caput*, da CRFB)⁹. Ou seja, se múltiplas são as ideologias políticas, é justo que quaisquer cidadãos, políticos eleitos incluídos, possam criar novas agremiações partidárias que representem tais ideologias.

Apesar de sedutora, a argumentação mostra-se inconsistente por um significativo número de motivos. Seguindo o método por este artigo proposto, revisitemos as motivações dadas para a criação da doutrina da perda do mandato por infidelidade, apresentadas na parte anterior.

Iniciemos pela **primeira espécie de argumentos**. Tanto a Consulta 1398 quanto os MS afirmaram que a democracia representativa só poderá funcionar como uma democracia de partidos, partidos que devem, exatamente para manter e justificar seu potencial representativo, possuir linha ideológica clara. A criação de novos partidos é instrumento da clareza ideológica e programática? Sim, pode ser. O pensamento político humano avança, e é certo que não seremos socialistas, liberais ou conservadores para sempre. Cada vez mais poderemos ser verdes, pacifistas, universalistas... é certo que a criação de novos partidos é indispensável para a manifestação de novas ideologias. Outra questão é se esses novos partidos devem nascer pequenos, sem mandatários, ou com muitos. Parece-nos que apenas a primeira resposta cumpre a finalidade de propagar novas ideologias. Se é permitido que o novo partido nasça grande, forte, com muitos deputados, senadores, governadores e prefeitos, é bastante mais provável que o partido seja, apenas, um instrumento de conquista do poder, de reorganização e de rearranjo dos atores políticos já existentes, com suas tradicionais ideologias. Lembremos que nosso país já possui mais de trinta partidos. Não há ideologias políticas para tantas agremiações distintas.

Outro problema a ser superado por meio da perda do mandato por infidelidade partidária seria o do personalismo político. Deve-se, no entender dos ministros (e de toda a teoria

⁹ Álvaro Osório do Valle Simeão apresenta o núcleo da tese utilizada pelo TSE ao estabelecer a exceção em seu artigo *Fidelidade partidária, perda de mandato e liberdade para criação de partidos políticos no Brasil*: “Com efeito, não se pode cogitar de pluralismo partidário, postulado eleito pelo Constituinte originário como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (artigo 1o, inciso IV, da Carta), se, por via indireta, proíbe-se que os titulares de mandato eletivo fundem novos partidos.” Artigo disponível em <http://jus.com.br/artigos/19938>, acessado em 27/9/2014.

democrática representativa contemporânea), promover o governo dos partidos, não das pessoas, dos projetos políticos de longo prazo, não das bravatas eleitoreiras. Isso só é possível com a disciplina partidária e com o respeito à auto-organização dos partidos que, a propósito, também são princípios constitucionais (art. 17, §3º da CRFB). A possibilidade de migrar para um novo partido com o mandato conquistado em um partido antigo aumenta ou diminui o personalismo? É claro que aumenta. O político conhecido pelo povo (na grande maioria das vezes a custa da máquina partidária) pode retirar-se do partido para “fundar” um novo a qualquer tempo, levando o mandato. Ao contrário do desejado, a exceção aumenta o personalismo no direito brasileiro.

Por fim, a filiação partidária serve como uma marca rapidamente reconhecível, pelo eleitor bem informado, da ideologia política seguida pelo candidato. O acórdão da Consulta 1398 critica a mudança de partidos políticos exatamente por dificultar o reconhecimento de ideologias. Qual a ideologia do candidato que já mudou de partido várias vezes? Difícil responder. A criação de novos partidos com fraca ideologia piora a situação, no lugar de melhorá-la.

A **segunda espécie de argumentos** utilizada pelos ministros ao defenderem a institucionalização da perda de mandato por infidelidade partidária também condena a exceção de migração para partido novo. Lembremos e analisemos tais argumentos em conjunto, sobre a luz da exceção.

O elemento unificador diz respeito ao quociente eleitoral – os parlamentares escolhidos por sistema proporcional o são a partir dos votos dados ao partido, coligação ou legenda. Aqui, a infidelidade é tão odiosa se a migração se der para partido pré-existente quanto para novo partido. Se a perda do mandato não se der, o parlamentar leva consigo os esforços de centenas, muitas vezes de milhares de correligionários que trabalharam para angariar votos para uma plêiade de candidatos. Só um foi eleito, mas ele exerce o mandato por um esforço partidário enorme. Evidencia-se, no caso, imensa agressão à igualdade entre partidos, em prejuízo dos partidos pré-existentes: se o mandatário migrar para partido tradicional, perde o mandato; se for para novo, não! É a inversão da lógica de fortalecimento das agremiações, o que se pode argumentar abstratamente, mas se pode verificar faticamente. No exato ritmo da criação de novos partidos, desde 2008, deu-se a sangria de algumas agremiações tradicionais, com ideologia conhecida pelo eleitorado informado.

4. Conclusão

O esforço de reflexão empreendido neste artigo faz-nos alcançar algumas conclusões, bem como vislumbrar outras.

A conclusão segura é pela inconstitucionalidade da exceção estabelecida no art. 1º, §1º, II da resolução 22.610/07 do Tribunal Superior Eleitoral. A migração de mandatário para novo partido político é direito que lhe assiste, mas levar consigo o mandato conquistado no partido “traído”, não. Isso agride a totalidade dos argumentos que ensejaram o surgimento do instituto da perda do mandato por infidelidade. Agride a democracia e a Constituição, na exata medida que a fidelidade partidária lhes são adequadas.

Outra conclusão que se impõe diz respeito aos efeitos da declaração de constitucionalidade no sistema de controle abstrato. Isso por que a resolução em comento foi declarada constitucional pelo STF nas ADIs 3.999 e 4.086, e o foi de forma ampla, atingindo, *a priori*, todo o texto da resolução. Uma interpretação literal do art. 102, §2º da CRFB poderia levar a crer ser impossível atacar a exceção, uma vez declarada constitucional a resolução em que se insere. Não é o que deve prevalecer - há ADI específica, de nº 4.583/DF contra o texto do art. 1º, §1º, II, da resolução, ofertada pelo PPS em 26/10/2011, com relatoria da ministra Rosa Weber. Nela, há parecer do PGR, Rodrigo Janot, opinando pela procedência da mesma.

Por fim, a conclusão que se vislumbra – a elaboração de norma abstrata é de imensa dificuldade, estando sujeita a um sem número de perigos. Veja que a exceção atacada é apenas uma das quatro trazidas pelo art. 1º, §1º da resolução 22.610/07. É a mais utilizada, porém. Dificilmente um mandatário infiel conserva seu mandato por “mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário ou por grave discriminação pessoal” (art. 1º, §1º, III e IV da resolução). O número de infieis que utilizou a exceção atacada conta-se às centenas. Assim, ao exercer sua função normativa (que tende a crescer, diga-se de passagem) o Poder Judiciário deve criar procedimentos semelhantes aos do processo legislativo, já que, materialmente, é de criação de normas abstratas e obrigatórias do que se trata.

5. Bibliografia

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco et *alli*. **Dicionário de Política**. Quarta edição. Dois volumes. Brasília: EdUnB, 1992.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MS 26.602. Relator Ministro Eros Grau. MS 26.603. Relatora Ministra Cármen Lúcia. MS 26.604 (Relator Ministro Celso de Mello). 4/10/2007.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Consulta 1.398/07 (resolução 22.526/07). Relator Ministro César Asfor Rocha. 27/3/2007.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução 22.610/07. Relator Ministro Cezar Peluso. 25/10/2007.

CONSTANT, Benjamin. **Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos**. in Filosofia Política. n^o 2. Porto Alegre: L&PM, 1985. p. 9-25.

DINIZ, Antônio Carlos. MAIA, Antônio Cavalcanti. **Pós-Positivismo**. in *Dicionário de Filosofia do Direito*, organizado por Vicente de Paulo Barretto. São Leopoldo: Ed. UniSinos, 2009.

GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. 5^a edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26^a edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SIMEÃO, Álvaro Osório do Valle. **Fidelidade partidária, perda de mandato e liberdade para criação de partidos políticos no Brasil**. Artigo disponível em <http://jus.com.br/artigos/19938>, acessado em 27/9/2014.

VELLOSO, Carlos Mário da Silva. **Elementos de Direito Eleitoral**. 2^a edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

WALDRON, Jeremy. **A Dignidade da Legislação**. São Paulo: Martins Fontes, 2003

ZÍLIO, Rodrigo López. **Direito Eleitoral**. 4^a edição. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2014.